

SUMÁRIO

OS ESTUDOS NO CAMPO DISCURSIVO	9
Atilio Butturri Junior	
Sandro Braga	
Thiago Barbosa Soares	

PRIMEIRA PARTE: HISTÓRIAS, NARRATIVAS, CONCEITOS

O SUJEITO DO DISCURSO EM BAKHTIN E FOUCAULT: ALGUMAS OBSERVAÇÕES PRELIMINARES.....	23
Rudolf Mahrer	
A NOÇÃO DE DISCURSO EM MICHEL FOUCAULT.....	51
Marcelo Raffin	
O SOCIAL SOB O OLHAR DA ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA.....	75
Suzy Lagazzi	
QUAL O LUGAR DO LINGUISTA NA ANÁLISE DO DISCURSO?	89
Pedro de Souza	
O GÊNEROS DO DISCURSO NOS ESTUDOS DISCURSIVOS DE BASE DIALÓGICA	105
Rodrigo Acosta Pereira	
Luana de Araujo Huff	
Amanda Maria de Oliveira	

RECEPÇÕES DO PENSAMENTO BAKHTINIANO NO OCIDENTE:
A VERBIVOCOVISUALIDADE NO BRASIL 133
Luciane de Paula
José Antonio Rodrigues Luciano

1969, O ANO QUE NÃO TERMINOU: O ACONTECIMENTO DA ANÁLISE
DO DISCURSO 167
Thiago Barbosa Soares

COM ANTÍGONA E SÓCRATES, LUTO. 1969 EAS MARCAS DE
UMA LIÇÃO, EM AFETO: MICHEL PÊCHEUX E MICHEL FOUCAULT 189
Marcos Barbai

SEGUNDA PARTE: INTERVENÇÕES, ANÁLISES, PERSPECTIVAS

PAISAGENS CLIMÁTICAS E EMOÇÕES TRISTES 203
Denise Bernuzzi de Sant'Anna

BIOPOLÍTICA, ASFIXIA E PANDEMIAS NO BRASIL:
SOBRE A AIDS E A COVID-19 219
Atilio Butturi Junior

SABER, PODER E DISPOSITIVOS EM DISCURSOS SOBRE A AIDS EM
UM JORNAL IMPRESSO 243
Ilza Galvão Cutrim
Mônica da Silva Cruz

A DISSEMINAÇÃO CRONOTÓPICA DE ENUNCIADOS PROTOTÍPICOS
NAS RELAÇÕES DIALÓGICAS: A DINAMICIDADE DE “ELE NÃO
ME REPRESENTA” 269
Rita Maria Diniz Zozzoli

O MEME NA ESCOLA: QUANDO LER E ESCREVER FAZEM SENTIDO 295
Sandro Braga

NO SER DA LINGUAGEM LITERÁRIA, O REGIME ESTÉTICO DA IMAGEM:
A CONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA DOS (DES)AFETOS 321
Roselene de Fatima Coito

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO MUNDO ÁRABE: POR UMA SOCIOLINGUÍSTICA DA REVOLUÇÃO.....	337
Ashraf Abdelhay Cristine G. Severo	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	353
SOBRE OS AUTORES	355

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO MUNDO ÁRABE: POR UMA SOCIOLINGUÍSTICA DA REVOLUÇÃO

Ashraf Abdelhay
Cristine G. Severo

INTRODUÇÃO

Neste capítulo discorreremos, sucintamente, sobre as políticas linguísticas no mundo árabe, atentando, ao final, para o papel relevante das revoluções atuais no cenário sociolinguístico desse contexto. Para tanto, reconhecemos a necessidade de situarmos os discursos sobre as línguas em contextos históricos e sociais mais amplos. Abordamos a questão linguística tendo em vista a experiência colonial e a emergência dos Estados Nacionais. Sabemos que tais acontecimentos embalsamaram fortemente as ideologias linguísticas que ajudaram a moldar a maneira como as línguas foram discursivamente construídas no interior de práticas de governo e de controle das pessoas, dos territórios, dos corpos, dos deslocamentos e dos processos de significação e de simbolização do mundo (ABDELHAY; MAKONI; SEVERO, 2020). Nos contextos de disputas e tensões políticas, a questão linguística assume uma dimensão simbólica central ao projetar discursos identitários e culturais. Isso se evidencia quando, por exemplo, no mundo árabe, a escrita latina é ideologicamente vinculada ao cristianismo e à tradição ocidental, e a escrita árabe ao islamismo e à tradição oriental (ABDELHAY; MAKONI; SEVERO, 2020).

Defendemos que os sentidos de língua devem ser vistos em relação profunda com as práticas sociais locais e os modos como os sujeitos

experienciam e representam o mundo da vida (BAKHTIN, 1993). Reconhecemos que as políticas linguísticas também respondem a projetos típicos do processo colonial e de formação dos Estados Nacionais. Nesse caso, a língua integra um dispositivo colonial (SEVERO, 2019) ao operar simbolicamente como uma categoria que ajudou a naturalizar a ordem colonial das coisas, através, por exemplo, de termos como língua materna, língua nativa, língua indígena e língua vernacular (ABDELHAY; MAKONI; SEVERO, 2020). A língua integra, também, um dispositivo governamental moderno (SEVERO, 2013) ao contribuir para a inscrição de um senso de comunidade nacional através, entre outros, de designações formais, como língua nacional e língua oficial; de sua institucionalização como língua da escolarização e do letramento; de seu registro cultural em literaturas nacionais; de sua regulamentação através de discursos acadêmicos, jurídicos e políticos; e de sua sacralização através de práticas religiosas, especialmente no mundo árabe. Registre-se que a governamentalidade moderna tem sido fortemente sustentada pelo uso do letramento e da língua (BLOMMAERT; RAMPTON 2011), o que se evidencia, inclusive, no mundo árabe. Sobre o letramento, a escolha do modelo ortográfico a ser usado para registrar a escrita árabe sinaliza para aspectos ideológicos importantes, especialmente no que tange à relação entre linguística e teologia.

O presente capítulo se estrutura da seguinte maneira: enfocamos, inicialmente, alguns aspectos centrais da situação sociolinguística do mundo árabe e, em seguida, examinamos a relação entre as políticas linguísticas pós-independência, atentando para a maneira como elas foram moldadas por discursos coloniais sobre as línguas. Concluímos com algumas reflexões sobre os efeitos produzidos pelas dinâmicas revolucionárias atuais na situação linguística do mundo árabe, advogando a favor de uma *sociolinguística da revolução*.

SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA NO MUNDO ÁRABE: A DIGLOSSIA ÁRABE

Para compreendermos a política linguística no mundo árabe, precisamos localizar os discursos de políticas linguísticas em seus contextos sócio-históricos mais amplos. Nesta seção, identificamos as características mais relevantes da situação linguística dessa região e, na seção seguinte, apresentamos um recorte do contexto sócio-histórico que contribuiu para moldar essa situação linguística.

O mundo árabe (em árabe: *‘ālam al-‘arabī*) é visto como uma nação árabe (em árabe: *al-ummah al-‘arabīyyah*) constituída por vinte e dois países que integram a Liga Árabe (figura 1). O árabe é língua (co-)nacional e (co-)oficial dos países que contituem o mundo árabe.

Figura 1: Mundo árabe



Fonte: 123RF.com

A língua árabe (incluindo a modalidade padrão e suas variedades) é falada com cerca de 423 milhões de pessoas¹. Nesse contexto socio-linguístico pan-nacional, as variedades do árabe são designadas com nomes específicos: *Fus-ha* (para o padrão) e *aammiyya/darija* (para o dito dialeto). A relação entre o árabe e seus dialetos não é aleatória, mas organizada sociolinguisticamente. O modo de organização socio-

¹ Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/countries/arab-countries/>. Acesso em 23 de junho de 2020.

linguístico do árabe padrão em relação com os dialetos foi designado, por Ferguson (1959, 1991) como diglossia, em um estudo clássico no qual o autor compara quatro contextos linguísticos: o árabe, o grego moderno, o alemão suíço e o crioulo haitiano. Reproduzimos abaixo o conceito de diglossia, que tem sido amplamente usado para caracterizar a sociolinguística do mundo árabe:

Uma situação linguística relativamente estável na qual, juntamente com outros dialetos da língua (o que pode incluir o padrão ou padrões regionais), há uma variedade sobreposta muito divergente e altamente codificada (geralmente gramaticalmente mais complexa), usada como veículo de um amplo corpo de textos escritos respeitados; [...] é aprendida em grande medida através da educação formal e é usada para propósitos escritos ou de fala formal, mas não é usada por nenhum setor da comunidade em conversas cotidianas² (FERGUSON, 1959: p. 336)

Podemos considerar a chamada diglossia árabe como um traço distintivo da situação sociolinguística pan(nacional) que organiza as variedades do árabe em variedade ‘alta’ (árabe padrão) e variedade ‘baixa’ (fala coloquial/dialeto). Ferguson (1959) elencou nove elementos que devem ser levados em conta nas situações de diglossia: função, prestígio, herança literária, aquisição, padronização, estabilidade, gramática, léxico e fonologia (para uma revisão do tema, conferir FISHMAN, 1967; SULEIMAN, 2013). Esses elementos diglóticos visam descrever a variação socialmente estruturada da língua árabe. Há, por exemplo, expectativas compartilhadas sobre o uso do padrão (*fusha*) e do dialeto (*darija*): a relação entre o padrão e o dialeto é funcionalmente distribuída, em que cada variedade projeta domínios funcionais e discursivos totalmente próprios, mesmo que essa relação funcional – entre a língua e o domínio

2 “A relatively stable language situation in which, in addition to the primary dialects of the language (which may include a standard or regional standards), there is a very divergent, highly codified (often grammatically more complex) superimposed variety, the vehicle of a large and respected body of written literature; either of an earlier period or in another speech community, which is learned largely by formal education and is used for most written and formal spoken purposes but is not used by any sector of the community for ordinary conversation”. Tradução de nossa responsabilidade.

que ela projeta –, seja posta à prova. Ocorre que o padrão de uso linguístico funcional e discursivamente “policiado” é geralmente negociado e subvertido pelos sujeitos; por exemplo, professores ensinam usando um código com recursos considerados dialetais, e agentes políticos fazem seus discursos usando dialetos para fins pragmáticas. Contudo, sem um mapeamento funcional exaustivo dos registros do árabe (do padrão e do dialeto), conforme os domínios de uso, não poderemos deduzir como a negociação ou a subversão efetivamente opera.

As ideologias linguísticas atuam fortemente na formação de nossa expectativa sobre a maneira como os registros árabes são distribuídos (FERGUSON 1991; SULEIMAN 2013). Por exemplo, espera-se que o padrão seja usado em contextos formais, como o sermão de sexta-feira, discursos políticos formais no parlamento e correspondências escritas oficiais; já o dialeto projeta outros domínios discursivos, como os contextos informais e as conversas familiares. A diglossia árabe não é um fenômeno linguístico apenas, mas uma condição sócio-comunicativa fortemente influenciada por normas culturais de expectativas orientadas pelos contextos. O padrão é culturalmente visto como tendo mais prestígio, uma língua fortemente respeitada e condição para se veicular discursos oficiais, religiosos e escolares.

O padrão é considerado a língua da escola, sendo gramaticalmente muito mais complexa do que o dialeto, a exemplo do uso de casos no padrão e de seu apagamento no dialeto. Como norma, aprende-se o padrão através da educação formal, e o dialeto é aprendido através de encontros informais, a dita ‘língua materna’. Ninguém no mundo árabe utiliza o padrão em conversas cotidianas, a não ser que busque produzir algum efeito discursivo de formalidade. Contudo, pode-se afirmar que, a despeito dessa divisão linguístico-discursiva fortemente marcada em relação ao árabe, a escola não tem a palavra final sobre seu uso. Sobre os conceitos de língua materna e língua estrangeira, nas teorias psicolinguísticas e neurolinguísticas ocidentais, o padrão de aquisição determina a diferença entre ambas. Contudo, no contexto árabe, diferentemente, o padrão de aquisição não determina o valor cultural do árabe padrão como sendo uma língua estrangeira.

Sabemos que o que determina a avaliação da língua padrão como sendo efetivamente a língua materna/língua nativa dos falantes do mundo árabe tem relação com as ideologias linguísticas (SULEIMAN, 2013). Em outros termos, no mundo árabe, o padrão (*fusha*) não é apenas um meio de construção de conhecimento legitimado ou um instrumento efetivo de comunicação formal, mas é também um símbolo de identidade (pan-) nacional e religiosa. O mundo árabe, tomado como uma pan-identidade, é discursivamente imaginado e projetado através da língua padrão. Assim, dificilmente o árabe padrão seria considerado uma língua estrangeira, mesmo sendo aprendido na escola. Ademais, a relação entre o árabe (padrão) e o Corão, livro sagrado do islamismo, ajudou a constituir o valor do padrão. É esse simbolismo, sobretudo, que impede que o padrão seja afetado ou influenciado pelo dialeto ou por qualquer outra língua. O simbolismo do árabe nessa situação diglôssica é fortemente afetado por discursos de política linguística.

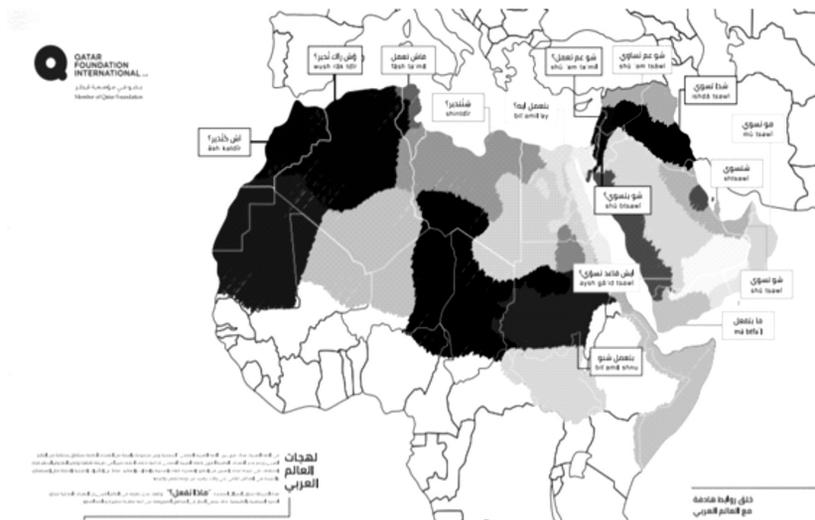
Reitera-se que os dialetos árabes que historicamente derivam do árabe padrão compartilham com o padrão um sistema fonológico único, bem como grande parte do vocabulário. É por isso que na prática é praticamente impossível estabelecer uma fronteira rígida entre o padrão e os dialetos. Contudo, a questão sobre se é possível haver um árabe padrão puro ou um dialeto árabe puro no contexto atual é legítima, pois ela dialoga com o planejamento linguístico, o que será retomado adiante quando abordarmos as ideologias linguísticas em relação com os usos.

Os membros dos países do mundo árabe compartilham seus próprios dialetos nacionais do árabe (árabe sudanês, árabe egípcio, árabe jordaniano, árabe marroquino etc.), juntamente com outros falares locais do árabe. Além do árabe, registre-se a existência de muitas outras variedades linguísticas, incluindo as línguas europeias que são faladas no mundo árabe, dentre as quais algumas possuem o estatuto de oficiais ou co-oficiais (ver Tabela 1). O cenário sociolinguístico atual do mundo árabe é dinamicamente multilíngue, o que implica uma realidade complexa de práticas linguísticas. Por exemplo, devido à imigração por motivos de trabalho nos países do Golfo, é possível ouvir quase todas as “línguas

nomeadas” do mundo, muito embora saibamos que as línguas são mais do que categorias nomeadas com fronteiras facilmente delimitáveis.

A diglossia árabe é uma prática discursiva, socialmente constituída; contudo, se ela é vista como sendo “natural”, isso decorre de um efeito da institucionalização da ideologia linguística dominante sustentada por agências reguladoras das línguas, como as academias literárias, o sistema educacional e a burocracia. O prescritivismo linguístico sustentado por tais práticas institucionais não pode ser reduzido a questões linguísticas, mas compreende valores sociais e modos de significação do que conta como língua (ABDELHAY *et al.*, 2016a). Observe-se que a linguística ocidental tem categorizado o padrão como árabe clássico (a língua do Corão) e como árabe padrão moderno (*Modern Standard Arabic*, MSA). Entretanto, diferentemente, os sujeitos não-especialistas, os ditos leigos, no mundo árabe reconhecem o “árabe padrão” como um código único e monolítico, que eles nomeiam como *al-Fusha*. Ademais, as constituições nacionais, por exemplo, não delimitam qualquer tipo de árabe, elas apenas registram “árabe”, o que, sabemos por inferência cultural, refere-se ao árabe padrão (o *Fusha*).

Figura 2: Os dialetos árabes



Fonte: QUATAR FOUNDATION INTERNACIONAL

A situação linguística é uma construção histórica, e as políticas linguísticas no mundo árabe devem ser vistas em relação a essa situação linguística historicamente constituída. As políticas linguísticas do árabe são, sobretudo, discursos sobre identidade e poder moldados por uma rede complexa de forças, o que inclui diferentes padrões culturais de colonização ocidental e de ideologias (pan-)nacionalistas (como o arabismo e as políticas de arabização), além dos efeitos da globalização e das recentes revoluções em curso sob a bandeira da “Primavera Árabe”. Na próxima seção, abordaremos sucintamente o impacto das políticas coloniais nesta situação linguística.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS COLONIAIS E PÓS-INDEPENDÊNCIA

Dois padrões do colonialismo ocidental afetaram de maneira significativa a política das línguas no mundo árabe e, por tabela, as políticas e planejamentos institucionais e educacionais do período pós-independências: os padrões francês e britânico de colonização. O regime colonial francês impôs o francês como a língua oficial especialmente em países localizados ao norte da África. Em países como Marrocos e Argélia, o regime francês instigou uma tensão entre o árabe e a língua bérbere (SULEIMAN, 2003). Registre-se que o protetorado francês em Marrocos durou de 1912 a 1954, quando foram criadas escolas francesas e o francês passou a ser intensamente usado para funções administrativas e governamentais. Mais especificamente sobre a língua bérbere no Marrocos (ou melhor, a língua *Amazigh*), registre-se que por mais de sete décadas os falantes de *Amazigh* – que englobam três sub-grupos étnico-linguísticos, totalizando em torno de 30 a 40% da população marroquina, localizada especialmente nas regiões rurais – têm lutado pelo reconhecimento institucional da sua língua, paralelamente ao que ocorreu com o francês e o árabe; contudo, foi apenas nos últimos 20 anos que a comunidade *Amazigh* começou a receber uma legitimação linguística: em 2003, houve a permissão de uso escolar dessa língua, e em 2011, o rei Maomé VI atribuiu status de oficialidade ao *Amazigh* (BENTON-MONAHAN; SEVERO, 2020).

Ainda sobre a colonização francesa no Marrocos, a população *Amazigh* teve a sua cultura e língua fortemente apoiadas pelos franceses como estratégia de sustentação de uma cisão entre o povo *Amazigh* e a monarquia marroquina cuja origem era, de forma geral, árabe. Tal atitude separatista intensificou a animosidade entre aqueles que se consideravam *Amazigh* e aqueles que se intitulavam como marroquinos de origem árabe, culminando no movimento em defesa da identidade nacional e dos direitos dos povos *Amazigh* (MADDY-WEITZMAN, 2011). Como resposta árabe à colonização francesa, houve a intensificação do movimento de arabização em Marrocos, baseado na afirmação da identidade, língua e nacionalismo islâmico-árabe. Com isso, após a independência, o árabe foi decretado a língua oficial e o islamismo a religião do Estado, sendo que o francês continuou a ser ensinado nas escolas, carregando um significado de prestígio e riqueza (BENTON-MONAHAN; SEVERO, 2020).

As políticas linguísticas pós-independência das ex-colônias francesas focalizaram questões de planejamento de status (escolha dos usos linguísticos) especialmente por motivos simbólicos, como parte integrante do processo de construção da nação. O árabe passou a carregar a marca simbólica de uma identidade nacional, enquanto o francês foi usado para alcançar fins instrumentais e pragmáticos, seja na esfera educacional, seja na esfera dos negócios internacionais. Evidentemente, esse uso instrumental também carrega uma dimensão simbólica importante, que ressoa memórias coloniais recentes.

Já o sistema colonial britânico, por outro lado, adotou uma política linguística orientalizante, ajudando a criar línguas indígenas através da codificação de dialetos, a exemplo da *Rejaf Language Conference* (1928), um seminário promovido pela colonização britânica, destinado à planificação das línguas do sul do Sudão. O uso desse tipo de seminário caracterizou a política linguística colonial britânica, que aplicou o mesmo modelo na Rodésia. Aquele evento foi orientado pelas seguintes propostas: classificação das línguas em grupos, determinação do seu status, criação de ortografias baseadas no alfabeto latino para as línguas locais e produção de materiais de instrução para as escolas (ASHRAF *et al.*, 2011). As políticas linguísticas pós-independência também foram

centradas no planejamento de corpus. Essa política operou através da prática local e se apoiou, em grande medida, nas práticas missionárias protestantes. Registre-se que o Sudão foi colônia britânica entre 1899 e 1956, quando ocorreu a independência; a partir de 2011, o Sudão foi finalmente dividido em Norte e Sul. A colonização britânica, entre outros aspectos, contribuiu com a construção binária da ideia de uma identidade do norte, de orientação islâmica e árabe *vs.* uma identidade do sul, que vincularia o uso do inglês a uma resistência à arabização. A colonização da parte sul do Sudão foi marcada pela forte presença de missionários, daí a relação entre cristianismo, tribalização, governo indireto e língua inglesa (ASHRAF *et al.*, 2011).

Uma política linguística árabe que incorpore uma dada ideologia linguística nem sempre corresponde às práticas concretas. As pessoas podem, por exemplo, afirmar que falam o padrão quando, na prática, se trata de um dialeto (FERGUSON, 1959), embora saibamos que as designações “língua” e “dialeto” são ideologias linguísticas, reforçadas pelo cenário sócio-discursivo diglótico. Há uma diferença entre a avaliação sobre o comportamento e o comportamento propriamente dito. Uma política linguística considerada “bem-sucedida” deve conciliar as ideologias e as práticas, sendo estas caracterizadas pela rotina e a padronização dos usos. As ideologias linguísticas sobre o árabe desempenham um papel importante na estabilização de um imaginário social de padrão.

Ademais, os conceitos não-acadêmicos de árabe (por exemplo, o árabe como uma língua sagrada) integram o repertório linguístico dos sujeitos e também contribuem para a manutenção de uma relativa estabilidade da situação linguística diglótica. Por exemplo, nas ideologias populares e institucionalizadas sobre o árabe, os dialetos árabes são vistos como versões corrompidas do padrão e, portanto, deveriam ser controlados e, eventualmente, erradicados dos repertórios da fala. Ademais, a alternância de códigos envolvendo o árabe e as línguas estrangeiras é vista como uma poluição do árabe. Contudo, sabemos que as práticas linguísticas estão longe de serem consideradas como um dialeto puro ou padrão puro. Como podemos ver na Tabela 1 abaixo, embora algumas constituições nacionais de grande parte dos países árabes institucionalizem o árabe como língua

oficial ou nacional, a situação atual (como o norte da África) nos mostra uma história diferente, a exemplo da forte presença visual e audível de línguas europeias do período colonial no espaço público. Isso mostra as ressonâncias coloniais nesses contextos.

<i>Countries with Arabic as the joint or sole official language</i>		
Country	Official language ^a	Languages used ^b
Algeria	Arabic	Arabic, Chaouia, French, Kabyle, Tachelhit, Tamazight, Taznatit
Bahrain	Arabic	Arabic, English, Farsi, Urdu
Chad ^c	French, Arabic	Arabic, Daza, French, Gulay, Kanuri, Maba, Sara, Zaghawa
Comoros	Shikomor, Arabic, French ^d	Arabic, French, Shikomor
Djibouti	Arabic, French	Afar, Arabic, French, Somali
Egypt	Arabic	Arabic, Armenian, Domari, Greek, Nubian
Iraq	Arabic	Arabic, Azeri, Farsi, Kurdish, Turkmen
Jordan	Arabic	Arabic, Armenian, Chechen, Circassian
Kuwait	Arabic	Arabic, English
Lebanon	Arabic	Arabic, Armenian, English, French, Kurdish
Libya	Arabic	Arabic, Nefusi, Tamashek, Zuara
Mauritania	Arabic	Arabic, Fulfulde, Soninke, Tamashek, Wolof
Morocco	Arabic	Arabic, Draa, French, Spanish, Tachelhit, Tamazight, Tarifit
Oman	Arabic	Arabic, Baluchi, English, Farsi, Swahili
Palestinian Territories	Arabic	Arabic, Domari
Qatar	Arabic	Arabic, English, Farsi
Saudi Arabia	Arabic	Arabic, English
Somalia	Somali, Arabic	Arabic, Gabre, Jiddu, Maay, Mushungulu, Somali, Swahili
Sudan	Arabic	Arabic, Bedawi, Beja, Dinka, English, Fur, Nuer
Syria	Arabic	Arabic, Armenian, Assyrian, Azeri, Kurdish
Tunisia	Arabic	Arabic, Berber languages/dialects, French
United Arab Emirates	Arabic	Arabic, Baluchi, English, Farsi, Pashto, Somali
Yemen	Arabic	Arabic, Mehri, Somali

Tabela 1: Distribuição do árabe e outras línguas no mundo árabe
Fonte: Bassiouney (2008)

A ideologia herderiana subjacente ao nascimento dos Estados Nacionais – uma língua, uma nação – esteve na base da cultura linguística do mundo árabe moderno. Houve uma política de arabização implantada não apenas nos meios de instrução, mas em toda a paisagem cultural e linguística pós-independência. A arabização é uma ideologia monoglota (SILVERSTEIN, 1996) que opera em um cenário multilíngue. A ara-

bização é fundamentalmente um projeto nacionalista a ser executado, tomando a língua como sua procuradora.

De forma geral, as políticas linguísticas explícitas são projetadas para lidar com a diversidade linguística; e as instituições – governamentais e não-governamentais – são responsáveis pela implementação dessas políticas. Uma das instituições mais importantes nesse contexto é a academia da língua árabe. Algumas dessas academias mais importantes incluem *Damascus Language Academy* (criada em 1919); *The Cairo Arabic Language Academy* (fundada em 1932); *The Iraqi Academy* (criada em 1947); *The Jordanian Academy* (fundada em 1976); *The Khartoum Arabic Language Academy* (1993), *The academies and Arabic language commissions* na África do Norte (a exemplo de Tunísia, Argélia e Marrocos, criadas entre 1980 e 1996). Essas academias árabes lidam principalmente com a questão do planejamento de corpus (criando dicionários, modernizando léxico, etc), com fins de garantir o árabe “correto”. Elas fazem isso com a intenção de conservar a ideia de “pureza” do padrão, reforçando o planejamento de status do árabe. Note-se que essas academias não são neutras, mas seguem modelos europeus, como as academias da Síria e do Egito, construídas aos moldes da academia francesa (SAWAIE, 2006). As ações das academias literárias e linguísticas do árabe são coordenadas pela União das Academias da Língua Árabe (*Union of Arabic Language Academies*), estabelecida em 1971.

As instâncias reguladoras do planejamento linguístico no mundo árabe, juntamente com os discursos que elas promovem, são ideológicas, pois (des)autorizam os direitos linguísticos de grupos específicos e, portanto, afetam seus direitos de acesso aos recursos culturais e materiais no contexto dos Estados (ABDELHAY *et al.*, 2016b). Devido aos projetos nacionais que elas endossam, essas instâncias reguladoras contribuem para reforçar a construção de recursos linguísticos e culturais hierarquicamente estratificados.

A análise das políticas linguísticas no mundo árabe deve levar em conta o modo como o árabe tem sido sistematicamente utilizado como instrumento de poder (SULEIMAN, 2003). A função ideológica da

língua faz com que a arabização seja um negócio sempre inacabado. A arabização é, na verdade, um processo paradoxal: quanto mais o padrão se espalha, mais fragmentado ele se torna. Isso porque a língua é um fenômeno histórico, usada em condições concretas por sujeitos com diferentes trajetórias. Ademais, devido às ideologias linguísticas, a arabização contribui para a visibilidade das línguas locais, ao invés da sua morte ou desaparecimento (ABDELHAY *et al.*, 2016a). Resumindo: a política linguística, como discurso sobre a língua e a sociedade, é necessariamente indexadora de ideologias sócio-políticas, de identidades e de estruturas de poder (ABDELHAY; MAKONI; SEVERO, 2020)

PALAVRAS FINAIS: POR UMA SOCIOLINGÜÍSTICA DA REVOLUÇÃO

Neste capítulo, abordamos, de maneira sucinta, a situação linguística do mundo árabe, com enfoque na sua natureza diglósica e na maneira como as políticas pós-independência têm sido colonialmente moldadas. A paisagem linguística de qualquer sociedade reflete as ideologias linguísticas e sociais dominantes. Sobre as tensões revolucionárias recentes no mundo árabe, registre-se que desde 2011 a região tem testemunhado uma série de quedas de governos ditatoriais. Com isso, uma série de articulações semióticas anteriormente invisíveis passaram a emergir em diferentes contextos nessas regiões (Síria, Sudão, Egito, Iêmen e Líbia), dominando a paisagem linguística, o que inclui, por exemplo, registros verbais (in)subordinados, como gêneros musicais e o grafite. Nossos conceitos ideológicos sobre a língua estão sendo gradualmente redefinidos. Em outras palavras, o que estamos testemunhando é um processo de reestruturação semiótica dos espaços de poder. Por exemplo, formas arcaicas da língua núbica têm sido reinventadas com novas funções metadiscursivas, em reconhecimento ao papel desempenhado pelas mulheres na revolução, a exemplo da palavra *Kandaka*, que hoje reatualiza o sentido de mulheres revolucionárias, no Sudão. E o dialeto árabe sudanês tem sido um dos recursos verbais usados na construção da resistência discursiva, sendo que ele também faz parte de um outro complexo semiótico (a ideologia do padrão). Práticas semióticas não-verbais

também surgiram fortemente, como o grafite. A paisagem simbólica hoje tem articulado, de maneira persistente, uma narrativa revolucionária de resistência, usando recursos locais e translocais. A língua verbal tem ficado subordinada a outras formas de expressão simbólica. Também vislumbramos o uso político de diferentes gêneros – como o reggae e o hip-hop – e a maneira como eles têm sido apropriados como um modelo de resistência, fazendo uso de léxico dialetal local.

Finalmente, defendemos que uma *sociolinguística da revolução* – que seja capaz de propor um outro conceito de língua, moldado pelas práticas materiais atuais e pelos processos de lutas que visam mudar as regras do jogo – é urgente e necessária.

REFERÊNCIAS

- ABDELHAY, A *et al.* Arabicization and the Khartoum Arabic language academy. *The Journal of North African Studies*, v. 21, n. 5, p. 831-856, 2016a.
- ABDELHAY, A *et al.* The cultural politics of language in the Sudan: Against the racializing logic of language rights. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, v. 38, n. 4, p. 346-359, 2016b.
- ABDELHAY, A.; MAKONI, S.; SEVERO, C. *Language planning and policy: Ideologies, ethnicities and semiotic spaces of power*. Newcastle upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2020.
- ABDELHAY, A. *et al.* The sociolinguistics of nationalism in the Sudan: the politicisation of Arabic and the Arabicisation of politics. *Current Issues in Language Planning*, v. 12, n. 4, p. 457-501, 2011.
- BANCO DE IMAGENS [Isento de direitos autorais]. *123rf*. Disponível em: <https://br.123rf.com/> Acesso em 22 jun. 2020.
- BAKHTIN, M. *Toward a philosophy of the Act*. Edited by Vadim Liapunov and Michael Holquist. Translation and notes by Vadim Liapunov. Texas: University of Texas Press, 1993.
- BENTON-MONAHAN, C.; SEVERO, C. G. Amazigh language policy in Morocco and the power of contradiction. In: Ashraf ABDELHAY, A.; MAKONI, S. B.; SEVERO, C. G. (org.). *Language planning and policy ideologies, ethnicities, and semiotic spaces of power*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2020. p. 50-67.

- BASSIOUNEY, R. *Introduction to Arabic sociolinguistics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.
- BLOMMAERT, J. Language policy and national identity. In: RICENTO, T. (org.). *An introduction to language policy: Theory and method*. Malden: Blackwell Publishing, 2006. p. 238-254.
- BLOMMAERT, J.; RAMPTON, B. Language and superdiversity. *Diversities*, v. 13, n. 2, p. 1-21, 2011.
- FERGUSON, C. Diglossia. *Word*, v. 15, p. 325-340, 1959.
- FISHMAN, J. Bilingualism with and without diglossia; diglossia with and without bilingualism. *Journal of Social Issues*, v. 23, n. 2, p. 29-38, 1967.
- MADDY-WEITZMAN, B. *The Berber Identity Movement and the Challenge to North African States*. USA: University of Texas Press, 2011.
- QUATAR FOUNDATION INTERNACIONAL. *Infographic: Dialects of the Arab World*, 21 fev. 2018. Disponível em: <https://www.qfi.org/blog/infographic-dialects-arab-world>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- SAWAIE, M. Language academies. In: VERSTEEGH, K. (org.). *Encyclopedia of Arabic Language and Linguistics*. Leiden: Brill, 2006. p. 634-642.
- SEVERO, C. G. A diversidade linguística como questão de governo. *Calidoscópico* (UNISINOS), v. 1, p. 107-115, 2013.
- SEVERO, C. G. *Os jesuítas e as línguas: contexto Colonial Brasil-África*. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- SILVERSTEIN, M. Monoglot 'standard' in America: standardization and metaphors of linguistic hegemony. In: BRENNEIS, D.; MACAULAY, R. (org.). *The matrix of language: Contemporary linguistic anthropology*. Boulder, CO: Westview Press, 1996, p. 284-306.
- SULEIMAN, Y. *The Arabic language and national identity: A study in ideology*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.
- SULEIMAN, Y. Arabic folk linguistics: between mother tongue and native language. In: OWENS, J. (org.). *The Oxford handbook of Arabic linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

